

AVALIAÇÃO DO PLANO DIRETOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2011

2016



TÍTULO I - DA POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

Art. 1º (Parágrafo único): O Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro será **avaliado a cada cinco anos** e revisto a cada dez anos.

Artigo nº 302 - inciso III preconiza o “**monitoramento do processo de implementação do Plano Diretor e avaliação de seus resultados**”.

✓ Na fase de avaliação não serão propostas modificações à lei



- ✓ **Acompanhamento** contínuo do PD
 - ✓ Atendimento à **obrigação legal**
- ✓ Subsídios à **Regulamentação** de instrumentos
- ✓ Demonstração de **Eficiência Administrativa** na gestão pública

MACROPLANEJAMENTO: SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Urbana

Comitê Integrado de Gestão Governamental de Desenvolvimento Urbano

Composição:
Titulares dos órgãos

Objetivo:
Identificar, implantar e supervisionar atividades, projetos e programas

Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Diretor

Composição:
Técnicos dos órgãos

Objetivo:
Assessorar tecnicamente o Comitê Integrado de Gestão Governamental de Desenvolvimento Urbano



Atribuições do Comitê Técnico

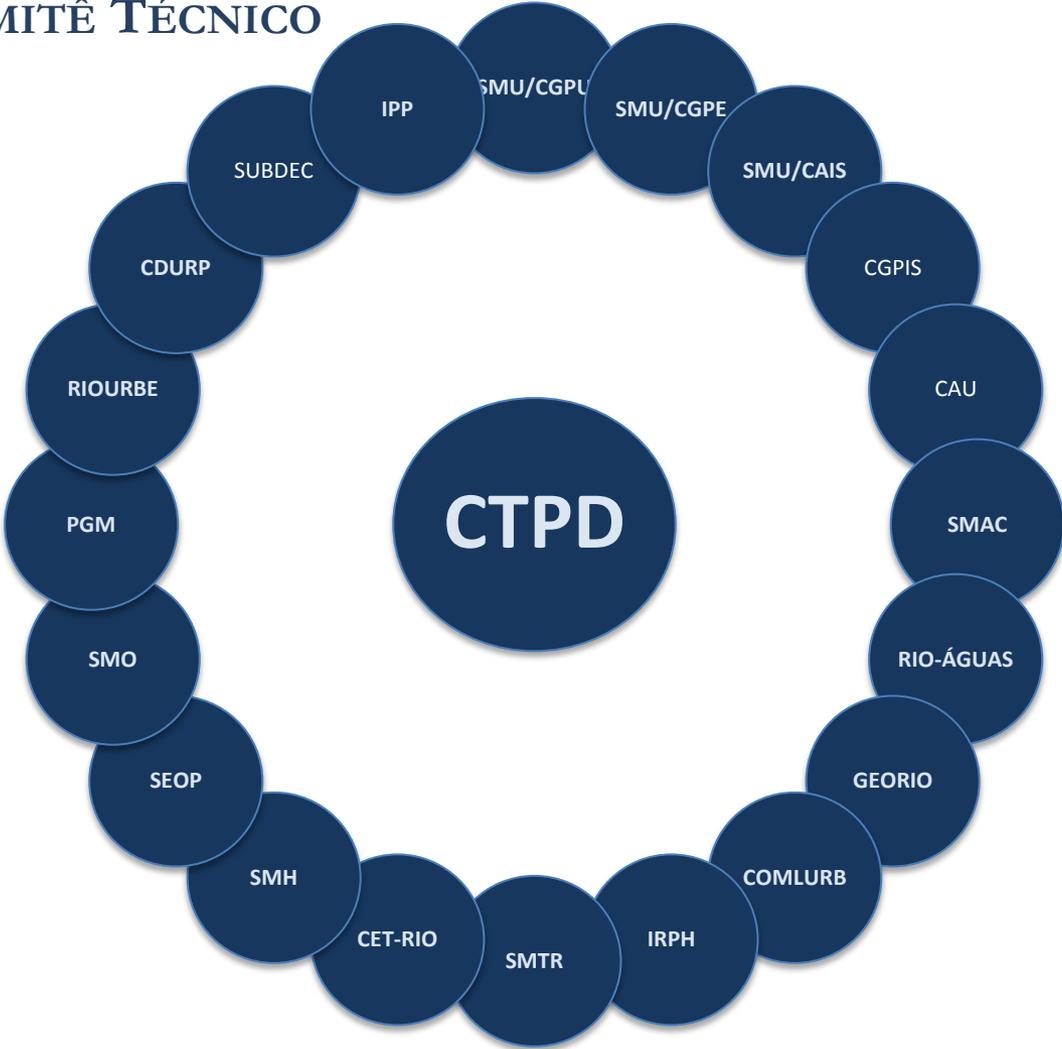
- Promover estudos que embasem as ações decorrentes do Plano Diretor
- Subsidiar a elaboração das metas anuais dos programas e ações do Plano Plurianual.
- Elaborar o Relatório anual de Acompanhamento e Controle deste Plano Diretor.



MACROPLANEJAMENTO: SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

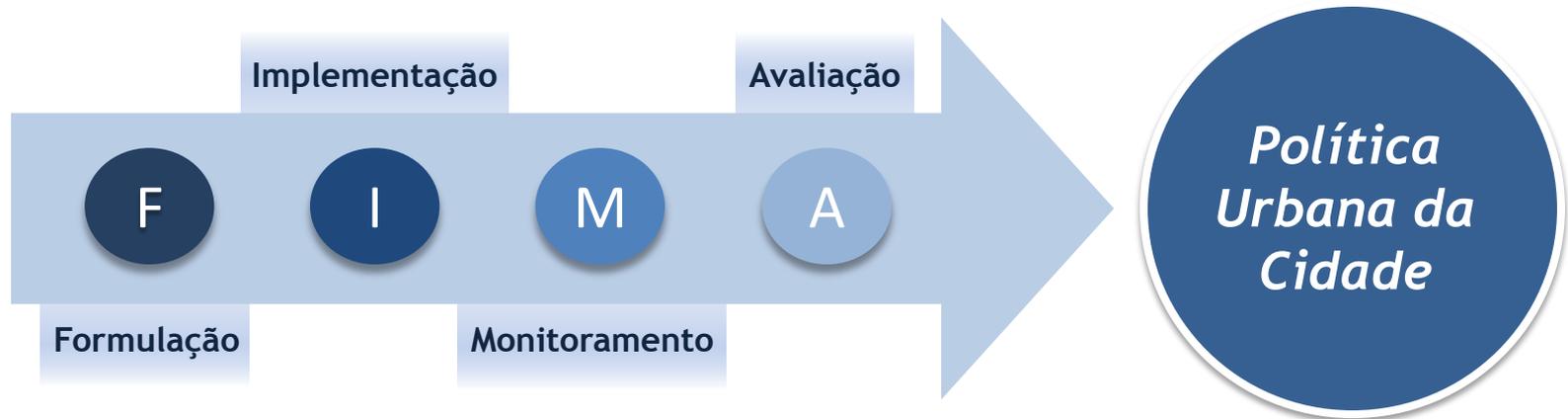
COMPOSIÇÃO COMITÊ TÉCNICO

Informações Urbanas
Defesa Civil
Des. Urbano - Porto
Urbanização
Procuradoria
Obras
Ordem Pública
Habitação
Tráfego



Licenciamento
Interesse Social
Projetos Urbanos
Meio Ambiente
Drenagem Urbana
Geotécnica
Limpeza Urbana
Patrimônio Cultural
Transportes

Pensar a Cidade!



✓ CTPD: 49 Reuniões ordinárias mensais realizadas

- *Temas concernentes ao macroplanejamento da Cidade*
- *Fórum de discussão intersetorial*
- *Articulação de ações para a implementação da política urbana*

Avaliação PD 2016: Alinhamento de Cronogramas



Diagnóstico Urbano e Ambiental - Etapa 1: finalizada

(Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Mobilidade, Saneamento e Serviços Públicos e Uso do Solo)
Panorama atual da Cidade, identifica os problemas, potencialidade e encaminhamentos

Participação: SMU/CGPU, CGPIS, CGPE, CAU; SMTR;CET-RIO;SMAC;SMHC; SMAR/RIO AGUAS;GEORIO; DEFESA CIVIL;IRPH;SEOP;SMO;RIOURBE;CDURP;

Avaliação Interna - Etapa 2: finalizada

A avaliação interna da implementação das políticas setoriais

Sub-etapas: Avaliação do processo de implementação das políticas setoriais, Articulação PD- Plano Estratégico, Avaliação do texto da Lei, Estratégias para implementação

Participação: SMU/CGPU, CGPIS, CGPE, CAU; SMTR;CET-RIO;SMAC;SMHC; SMAR/RIO AGUAS;GEORIO; DEFESA CIVIL;IRPH;SEOP;SMO;RIOURBE;CDURP;

Monitoramento - Etapa 3: em andamento

Processo contínuo de acompanhamento do andamento das ações estruturantes das políticas setoriais junto aos órgãos

Indicação das Prioridades de Ação - Etapa em andamento

Identificação das ações estruturantes prioritárias para os próximos 5 anos

Orientação para Revisão de 2021 - Etapa em andamento

Indicação de pontos a serem revistos na formulação do PD

Etapa 1. Diagnóstico Urbano e Ambiental - Etapa finalizada

Levantamento de problemas e potencialidades
Temas: Meio Ambiente, Habitação, Mobilidade, Saneamento e Serviços Públicos, Patrimônio Cultural e Uso do Solo

- Contribuições dos órgãos participantes do CTPD
- Compilação de diagnósticos setoriais e fontes externas
- Organização e redação final CMP
- Validação em reuniões técnicas (internas)

Resultado
Relatório Final

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Urbanismo
Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano
Coordenadoria de Macro Planejamento



**Diagnóstico Urbano-Ambiental da
Cidade do Rio de Janeiro - 2015**



Etapa 2. Avaliação Interna - Etapa finalizada

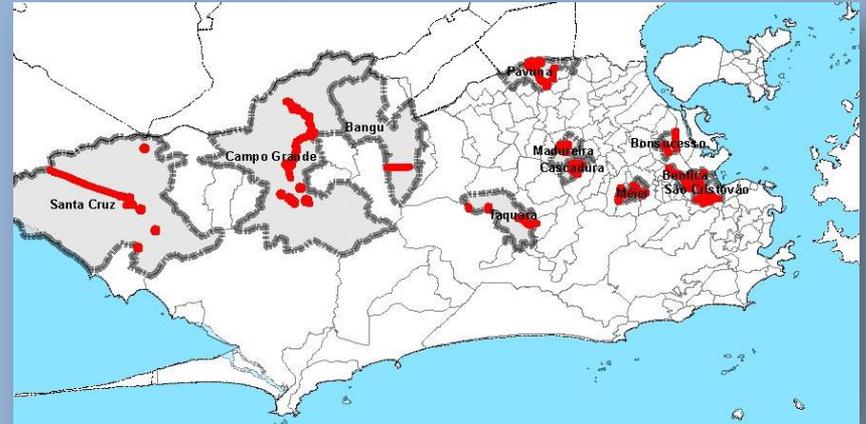
Avaliação do processo de implementação das políticas setoriais
Articulação Plano Diretor - Plano Estratégico
Priorização das Ações Estruturantes
Avaliação do texto da Lei

6 Reuniões Temáticas Preparatórias (Coordenação CTPD)
7 Reuniões de Discussão e Fechamento com os Órgãos
1ª Oficina Interna de Avaliação Técnica
De 27 de agosto a 06 de novembro de 2015

Exemplo

**Meta M2 Plano Estratégico
(Articulada ao Plano Diretor)**

Tornar acessíveis e arborizados e com patrimônio cultural valorizado 50 Km dos principais logradouros das novas centralidades das Aps 3, 5 e parte da 4 (Zonas Norte e Oeste)



Etapa 3. Monitoramento - Etapa em andamento

Status das ações estruturantes das políticas setoriais junto aos órgãos

Ação Estruturante:

Localização das ações estruturantes no Plano Diretor.

Status da ação:

REALIZADO

EM EXECUÇÃO

PREVISÃO

DESCONTINUADO

NÃO REALIZADO E SEM PREVISÃO

Impacto e relevância:

ALTO

MÉDIO

BAIXO

Demanda:

REGIONAL

SETORIAL

Etapa 4. Acompanhamento e avaliação externa – Etapa em andamento

- ✓ Elaboração de Site Informativo;
- ✓ Desenvolvimento de Ambiente Colaborativo;



Próximos Passos - Etapas 2016

1. Apresentação do Processo de Avaliação do Plano Diretor no **COMPUR**.

Março 2016

2. Site informativo e plataforma on-line.

Previsão Abril 2016

3. Oficinas temáticas com especialistas.

Previsão Maio 2016

4. Encontros por Macrozona.

Previsão Junho 2016

5. Seminário sobre o PD para fechamento do processo.

Previsão Julho 2016

Cronograma do Processo de Avaliação

Fases e Etapas - 2015 e 2016

Etapas/Cronograma	2015										2016							
	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	6	8 a 12	
Diagnóstico Urbano e Ambiental (CTPD)																		
Oficinas Técnicas Internas (CTPD)																		
Monitoramento																		
Lançamento do Processo de Avaliação do PD e da plataforma colaborativa																		
Planejamento e implantação da Plataforma colaborativa																		
Avaliação Interna (CGPU e Coordenações SMU) / Título I, II, III, IV e V (à tarde)																		
Avaliação Membros COMPUR/ Título I, II, III, IV e V																		
Oficinas Temáticas																		
Encontros Presenciais com a População (à noite)																		
Seminário Externo: Apresentação dos Resultados das Oficinas Temáticas e Discussão do Conteúdo do PD																		
Encerramento do Processo de Avaliação do PD / Relatorias e Relatório Final																		
Processo de Avaliação do PD																		

Resumo do Diagnóstico Urbano e Ambiental

Problemas, Necessidades e Encaminhamentos

MÉTODO DE AVALIAÇÃO

Fontes de Informações

*PLANO DIRETOR
TÍTULO IV*

DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

RELATÓRIOS ANUAIS

Comitê Técnico do Plano Diretor



*APRESENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS NO CTPD
+
DIAGNÓSTICO URBANO AMBIENTAL DO RIO DE JANEIRO
2015*

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MEIO AMBIENTE

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Baixos índices de arborização nas Áreas de Planejamento 3 e 5.	Criar parques urbanos e aumentar a arborização urbana.
Pressão antrópica no interior e sobre as bordas das Unidades de Conservação.	Incrementar a fiscalização e o monitoramento.
Necessidade de ações de recuperação ambiental, fiscalização e monitoramento das ocupações irregulares em Parques Naturais Municipais.	Intensificar a fiscalização e criar incentivos aos programas de recuperação da vegetação. Regular o Sistema de Controle de Uso e Ocupação do Solo.
Dificuldade de gestão das APAs e das APARUs por falta de regulamentação.	Regular as APAs e APARUs.
Necessidade de manutenção e enriquecimento florestal em áreas de reflorestamento.	Implementar trabalhos de manutenção nas áreas de reflorestamento já implantadas.
Dificuldade de identificação dos proprietários das novas áreas para reflorestamentos.	Criar o Cadastro Único de Imóveis.
Predominância da classificação “péssima” da qualidade da água dos rios devido à poluição de esgotos domésticos , industrial, hospitalar, etc.	Aprimorar os mecanismos de Licenciamento e Fiscalização, os programas de Recuperação e Monitoramento e a articulação intersetorial.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MEIO AMBIENTE

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Ocupação urbana nas margens de mais de 80% dos 270 rios da Cidade	Melhorar a articulação intersetorial, tendo os rios como eixos de planejamento, ampliar a fiscalização, implantar parques fluviais e áreas de lazer ao longo dos rios e promover o reassentamento da população localizada nas margens dos rios, privilegiando o uso coletivo.
Escassez de água para consumo em áreas com abastecimento local de água (não atendidas pela concessionária) em períodos de estiagem.	Planejar o aproveitamento dos aquíferos da Cidade para o abastecimento d'água.
Melhoria da identificação das fontes de poluição e incremento da mitigação de impactos nas áreas identificadas como mais poluídas.	Mapear as fontes de poluentes e adotar medidas de fiscalização, mitigação de impactos e recuperação ambiental.
Necessidade de melhoria da qualidade do ar.	Ampliar o programa de Monitoramento da Poluição do Ar, com instalação de novas estações de medição, fomentar o uso de tecnologias limpas, criar canais cicloviários de ligação com o transporte de massa.
Necessidade de melhoria da qualidade da areia das praias.	Ampliar o Programa de Educação Ambiental e melhorar a articulação intersetorial.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MEIO AMBIENTE

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Existência de fragmentos florestais isolados de Mata Atlântica (áreas verdes livres, praças e parques urbanos, vias com projetos de arborização, Unidades de Conservação, fragmentos de cobertura vegetal nativa, reflorestamentos e outros).	Conectar estes fragmentos mediante a implementação da rede de Corredores Verdes.
Existência de áreas com interesse ambiental ainda sem proteção.	Estender a proteção ambiental a estas áreas, por meio de estudos que determinem a categoria mais adequada.
Falta de recursos permanentes para conservação e manutenção das áreas já protegidas (UCs), áreas reflorestadas e espaços livres públicos de lazer.	Viabilizar economicamente a destinação de recursos para as ações prioritárias definidas com base em critérios técnicos.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – PATRIMÔNIO CULTURAL

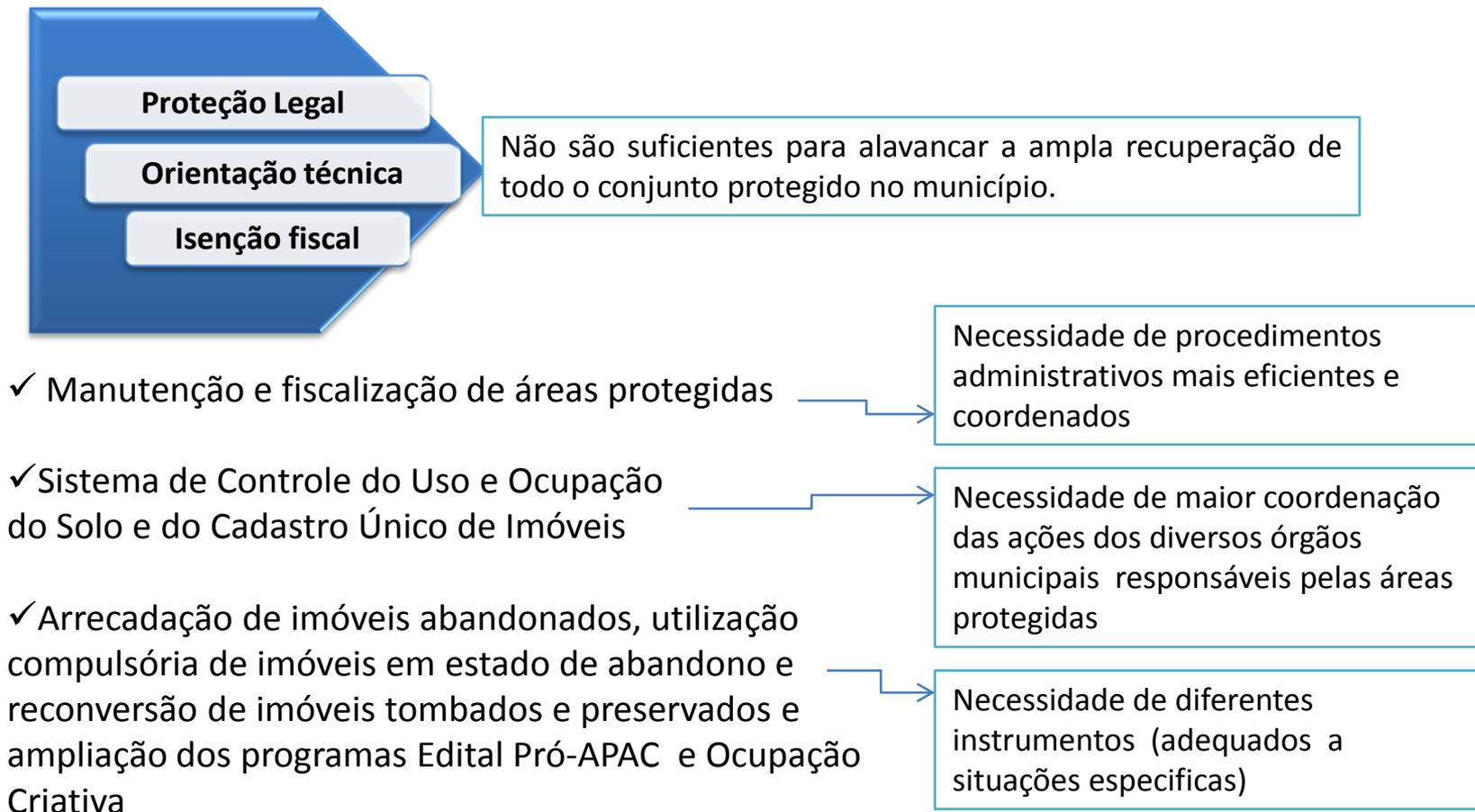
Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto às dificuldades específicas dos imóveis preservados	
Complexa situação fundiária e problemas jurídicos dos imóveis.	Criação do Cadastro Único de Imóveis + pesquisa situação fundiária e jurídica dos imóveis para alimentar este cadastro.
Falta de uso, subutilização ou uso incompatível.	Compatibilização com legislação de uso do solo + Incentivos à reconversão + Utilização compulsória.
Alto custo de manutenção dos imóveis.	Instrumentos de incentivo.
Falta de interesse e motivação sobre a importância do patrimônio cultural.	Apoio e valorização da cultura do patrimônio cultural da Cidade.
Ocorrência de sinistros.	Rigor na regulamentação de taxaço e reconstrução.
Falta de mão-de-obra especializada.	Implementar escolas e oficinas de restauro.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – PATRIMÔNIO CULTURAL

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto ao ambiente urbano	
Instalação desordenada dos serviços públicos.	Regulamentação para a instalação de serviços públicos compatível com a ambiência preservada.
Conflitos no limite das APACs e seu entorno.	Entrosamento entre APAC e PEU.
Má conservação do espaço urbano.	Melhorias e manutenção do espaço urbano.
Descaracterização dos imóveis por falta de segurança pública (exemplo: construção de muros e colocação de grades).	Sistemas e/ou medidas de segurança compatíveis com as características dos imóveis e intensificação da fiscalização.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – PATRIMÔNIO CULTURAL

AVALIAÇÃO



AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – HABITAÇÃO

Problemas/Necessidades

Encaminhamentos

Quanto à política de Habitação

Déficit habitacional ainda elevado

Gestão da oferta e da demanda por urbanização e habitação de interesse social; Prospecção dos processos de seleção de terrenos (demandas) e mapeamento de terrenos para produção de HIS e equipamentos urbanos para educação, saúde e assistência social; Criação de banco de terras

Inadequação de habitações em áreas sem infraestrutura

Ampliação das intervenções públicas para melhoria das condições habitacionais e readequação de imóveis incluindo aproveitamento de prédios industriais

Custo da terra e pouca oferta de áreas disponíveis para produção de HIS em regiões com infraestrutura e equipamentos públicos

Implementação de estratégia de redução de custos de produção habitacional nas áreas centrais e infraestruturadas e regulamentação de instrumentos; Regulamentação de instrumentos que viabilizem a disponibilidade de áreas e a captação de recursos destinados à produção de HIS (IPTU Progressivo, Consórcio Imobiliário, Direito de Preempção, Direito de Superfície, etc)

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – HABITAÇÃO

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto à política de Habitação	
Concentração de HIS em áreas com baixa disponibilidade de infraestrutura e distantes de centralidades	Implementação de instrumentos para possibilitar a maior oferta de habitação de interesse social; Fomento à criação de cooperativas habitacionais; Criação de banco de terras
Demanda elevada por regularização de assentamentos irregulares, precários e clandestinos e dificuldades na regularização fundiária das áreas objeto de intervenção devido à complexidade na titularidade da terra	Implementação de ações intersetoriais para agilizar e simplificar processos relacionados à produção de HIS , à regularização de áreas de baixa renda e processos de regularização urbanística e fundiária.
Necessidade de regularização edilícia dos imóveis com concessão de habite-se e a oficialização do endereço.	Regulamentação e aprimoramento dos procedimentos intersetoriais

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MOBILIDADE

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto à política de Transportes	
Falta de política sobre logística.	Elaboração de Plano de Logística.
Uso excessivo de veículos particulares gerando impactos socioambientais, perda de tempo e deseconomias.	Continuidade da política de construção de corredores de transporte estruturantes, ligando as principais centralidades; Proposição de novas linhas de transporte hidroviário, VLT e BRT.; Racionalização do sistema de ônibus municipais; Estabelecimento de políticas de restrição ao uso do automóvel
Legislação urbanística demanda atualização para se adequar à nova dinâmica urbana.	Implantação de uma política para ordenamento e manutenção de calçadas. Estabelecimento de políticas de restrição ao uso do automóvel.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – MOBILIDADE

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto à política de Transportes	
Necessidade de ampliação e adequação da rede de ciclovias , dotando-as de integrações necessárias.	Continuidade da política de construção de ciclovias, que devem ser integradas ao sistema de transporte estruturante, com a implantação de novas ciclovias. Pedestre como foco principal no desenvolvimento de projetos urbanos de mobilidade.
Calçadas de má qualidade e com pequenas dimensões em boa parte do território.	Implantação de uma política sobre as calçadas incluindo, definição de padrão, diagnóstico com banco de dados georreferenciado e plano de ação; Implementação de programa de melhoria de calçadas.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Necessidade de visão integrada sobre saneamento ambiental.	Aprimorar a articulação intersetorial e estudar a criação de uma agência reguladora municipal de saneamento e serviços públicos.
Falta de um sistema de informações integrado e georreferenciado.	Implantação de um sistema integrado de informações acessíveis a todos os órgãos municipais.
Falta de investimentos na manutenção e ampliação do sistema de saneamento.	Viabilizar economicamente a destinação de recursos para as ações prioritárias definidas com base em critérios técnicos.

Água

Irregularidade da distribuição da água fornecida.	Criação de mecanismos de controle e fiscalização da distribuição da água.
Condições inadequadas no processo de captação e distribuição.	Criação de mecanismos de controle e fiscalização no processo de captação e distribuição da água.
Dificuldade no controle de perdas, desvios ou fugas d'água.	Criação de mecanismos de controle e fiscalização para redução efetiva de perdas, desvios e fugas d'água.

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Esgotamento Sanitário	
Coleta e tratamento ineficientes e não universalizados.	Viabilizar economicamente a destinação de recursos para as ações prioritárias para universalizar o acesso ao sistema de esgotamento sanitário definidas com base em critérios técnicos.
Estações de tratamento insuficientes para atender à demanda.	Reforma e ampliação das estações existentes de tratamento de esgoto e instalação de novas estações para atender a demanda existente.
Falta de conexão entre as redes de coleta e as estações existentes.	Viabilizar economicamente a integração entre os sistemas e o controle das ligações prediais e extravasores irregulares.

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Drenagem Urbana	
Existência de áreas sujeitas a inundações em regiões da cidade com urbanização consolidada.	Compatibilizar ações estruturais e não estruturais para a mitigar os impactos da urbanização.
Existência de pontos de alagamentos e manchas de inundação em áreas com urbanização dispersa e não consolidada.	Identificar e reduzir os pontos de alagamento e manchas de inundação e articular o planejamento urbano e o uso do solo com a capacidade de suporte nas áreas suscetíveis a alagamento.
Deficiência de drenagem e condução do escoamento superficial nas áreas de favela e frequente ocupação (por habitações) das linhas de drenagem.	Aprimorar a drenagem nas áreas de encosta, em especial nas áreas informais e áreas pública a montante destas.
Existência de áreas sujeitas a inundações em regiões da cidade com urbanização consolidada.	Compatibilizar ações estruturais e não estruturais para a mitigar os impactos da urbanização.

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Drenagem Urbana	
Existência de pontos de alagamentos e manchas de inundação em áreas com urbanização dispersa e não consolidada.	Identificar e reduzir os pontos de alagamento e manchas de inundação e articular o planejamento urbano e o uso do solo com a capacidade de suporte nas áreas suscetíveis a alagamento.
Necessidade de melhoria na gestão dos recursos hídricos na Cidade.	Planejar sistema integrado de gestão dos corpos d'água e de retardo e reuso das águas pluviais.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – SANEAMENTO E SERVIÇOS PÚBLICOS

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Resíduos Sólidos	
Necessidade de aprimoramento nas operações de transferência e transbordo dos resíduos sólidos.	Planejamento e revisão das normas de uso do solo no entorno das estações de transferência e planejamento e aprimoramento das operações e instalações de transferência dos resíduos sólidos.
Deficiência nos serviços de coleta de lixo em áreas informais .	Melhoria da coleta nas áreas informais , precedida de urbanização da área que permita a atividade de coleta.
Necessidade de melhoria no monitoramento dos transportadores dos grandes geradores de lixo extraordinário.	Realização de campanhas de educação ambiental e incremento na fiscalização da coleta de lixo de geradores de lixo extraordinário.
Existência de fragilidades no processo de utilização de recuperação de materiais recicláveis.	Ampliar e aprimorar os processos de triagem e segregação de materiais recicláveis e incentivar a ampliação da cadeia de reciclagem.
Existência de fragilidades no processo de utilização de agregados reciclados no município do Rio de Janeiro.	Tornar efetivo o Decreto Municipal 33971/2011 que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Equipamentos Públicos (Educação e Saúde)	
Necessidade de aprimoramento da política voltada para equipamentos públicos urbanos	Aumentar a provisão de equipamentos de educação e saúde em áreas estratégicas ainda não atendidas.
Necessidade de aprimoramento e padronização dos procedimentos de seleção de áreas apropriadas disponíveis destinadas à prestação de equipamentos e serviços públicos urbanos à população.	Planejar a definição de áreas destinadas à instalação de equipamentos urbanos através da criação de um banco de terras.
Demanda por equipamentos públicos de educação maior que a oferta de áreas apropriadas disponíveis para abrigá-los nas áreas de expansão da cidade.	Planejar e compatibilizar a oferta de equipamentos públicos urbanos com a utilização de próprios municipais.

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Estabilidade das encostas	
Ocorrências de risco geológico nas áreas ocupadas irregularmente e ao longo de vias urbanas associadas a escorregamentos em taludes marginais.	Continuação do mapeamento de risco dos maciços montanhosos do município (Maciços da Pedra Branca, Gericinó-Mendanha e morros isolados) e acompanhamento sistemático e periódico das ocupações (através de imagens de satélite, foto aéreas, drones, etc).
Ocorrências de deslizamentos induzidos pela ação antrópica, em particular nas áreas de favelas e loteamentos irregulares, inclusive com intervenções junto e sobre obras públicas de contenção.	Criação e fortalecimento de grupos transdisciplinares (arquitetos, geólogos, geógrafos) para orientar a população nas áreas informais.
Ocorrências de ocupação, por favelas ou empreendimentos, das cavas de pedreiras e saibreiras desativadas.	Execução de medidas preventivas e elaboração de estudos e demarcação de faixas <i>non aedificandis</i> , a fim de evitar o desprendimento de lascas ou blocos de rocha.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – USO DO SOLO

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto ao ordenamento territorial	
O Título II do Plano Diretor não apresenta a espacialização de todos os dispositivos necessários para a definição da Política Urbana.	Desenvolver e detalhar o Título II do Plano Diretor e realizar estudo para o planejamento e ordenamento territorial.
As novas intervenções e eventos executados na Cidade aceleraram o processo de expansão da área urbana, evidenciando a necessidade de reorientar o planejamento da Cidade.	Detalhar o mapeamento e os conceitos estabelecidos para as Áreas de Restrição, Macrozonas de Ocupação e Vetores de Crescimento da Cidade.

AValiação da Política Setorial – USO DO SOLO

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto ao ordenamento territorial	
Necessidade de delimitar e criar instrumentos para garantir a preservação de áreas frágeis e com cobertura arbórea e arbustiva.	Definir e delimitar as Áreas de Restrição à Ocupação Urbana e cruzar com as áreas recém urbanizadas; Regulamentar instrumentos de proteção ambiental.
Sistema viário desarticulado nas áreas de expansão urbana formando tecido urbano compartimentado.	Realizar Plano de Diretrizes Viárias.
Expansão urbana com padrões mínimos de urbanização que não possibilitam a arborização e demais medidas para amenização climática.	Rever padrões de urbanização de modo a compatibilizar os projetos de urbanização e arborização.
Necessidade de planejamento de áreas de expansão de modo a evitar conflitos entre o uso residencial e demais usos.	Criar mecanismos para garantir a urbanização das áreas de expansão que contemplem a convivência entre os diferentes usos.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – USO DO SOLO

Problemas/Necessidades	Encaminhamentos
Quanto à gestão do uso do solo	
Dificuldade de aplicação de dispositivos específicos referentes ao uso e ocupação do solo previstos nos instrumentos constantes do Plano Diretor.	Aferir a efetividade e verificar a necessidade de revisão de conceitos das regras norteadoras do uso e ocupação do solo e concluir regulamentações.
Necessidade de aprimoramento na aplicação de Instrumentos de Gestão do Uso e Ocupação do Solo nas diferentes áreas da Cidade.	Regulamentar instrumentos e mapear as áreas prioritárias para aplicação de instrumentos urbanísticos e a interrelação entre eles no território do Município.
Oportunidades de emprego distribuídas de forma irregular forçando um grande deslocamento das populações de baixa renda.	Incentivar o fortalecimento de centralidades que proporcionem uma alternativa aos movimentos pendulares.
Contrastes sociais acentuados entre áreas da Cidade, de acordo com o IDS.	Fomentar uma melhor distribuição dos benefícios da urbanização e em um melhor equilíbrio do valor da terra.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL – USO DO SOLO

Problemas/Necessidades

Encaminhamentos

Quanto à gestão do uso do solo

Necessidade de maior articulação entre as políticas públicas setoriais e a política de uso e ocupação do solo (em especial na demanda por áreas para implantação de equipamentos urbanos e provisão de habitação de interesse social).

Valor elevado da terra para provisão de HIS e equipamentos urbanos.

Incompatibilidade entre as áreas exigidas para implantação de equipamentos públicos e os novos padrões arquitetônicos implantados.

Prospectar e mapear demanda , indicar áreas prioritárias para implantação de equipamentos urbanos e habitação de interesse social e criar piloto de banco de terras.

Indicar a utilização de instrumentos de gestão de uso e ocupação do solo que viabilizem a provisão de HIS e equipamentos urbanos em áreas infraestruturadas.

Adequar as regras aos novos modelos arquitetônicos praticados.

AValiação da Política Setorial – USO DO SOLO

Problemas/Necessidades

Encaminhamentos

Quanto ao Controle de Uso e Ocupação do Solo

Aperfeiçoar procedimentos operacionais, legais e normativos com articulação das ações setoriais relativas ao Controle do Uso e à Ocupação Urbana para agir com mais eficiência.

Controle mais eficaz do uso e ocupação do solo de forma a reduzir o avanço da ocupação desordenada.

Necessidade de garantia da segurança física e jurídica dos agentes envolvidos nas operações de controle, fiscalização e monitoramento do uso e ocupação do solo.

Necessidade de revisão da legislação municipal quanto a penalidades, prazos e mecanismos de sanção à ocupação irregular de áreas públicas e privadas.

Desenvolver Política de Controle de Uso do Solo

Regulamentar o Sistema Municipal de Controle do Uso e Ocupação Urbana, criado pelo artigo 322 da Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro).

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO
COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO URBANO